

10 SET 1991

# Mudando a Imagem

**A**fastada a hiperinflação, os problemas econômicos e sociais continuam graves, um ano e meio depois da posse do governo Collor. Mas é inegável que o Brasil começa a ser encarado no exterior com seriedade e responsabilidade, como prova a boa acolhida dos bancos credores, do FMI e do Clube de Paris aos passos da renegociação da dívida externa, conduzidos pelo ministro da Economia, Marcilio Marques Moreira.

Desde o acordo firmado pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em agosto de 1988, o conceito internacional do Brasil se deteriorou aceleradamente. Contribuiu para isto, mais uma falta de cumprimento — a oitava — de promessa aos credores. Um ano depois, exatamente em setembro de 1989, o Brasil se viu forçado a suspender os pagamentos dos juros da dívida bancária e aos governos no Clube de Paris.

Desde a crise da dívida, em 1982, o Brasil só pôs em dia os juros e a amortização do principal, devidos ao Banco Mundial e ao BID, na esperança de manter abertos os cofres desses organismos multilaterais. As dificuldades orçamentárias, entretanto, impediram muitas vezes o governo brasileiro de fazer a contrapartida (em cruzeiros) dos empréstimos aprovados, cujos dólares acabaram não sendo liberados. Em função disso, o fluxo de recursos do BID e do Bird também ficou negativo.

No final do ano passado, a equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello tentou, sem sucesso, reabrir os canais de financiamento, fechados pela perda de credibilidade dum país incapaz de cumprir acordos externos. Recuperar a confiança dos organismos internacionais foi uma das tarefas iniciais do seu sucessor, Marcilio Marques Moreira.

A abertura da economia brasileira, para receber investimentos capazes de modernizar o parque industrial e de permitir o acesso do país ao Primeiro Mundo, só será viável sem obstáculos ao livre trânsito de créditos e de capitais que dão o suporte ao comércio e aos investimentos que transferem tecnologia.

Só recentemente o Brasil conseguiu fechar o acordo para o pagamento dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados devidos aos bancos. Os créditos dos bancos dos governos, reescalonados no Clube de Paris, continuam com os juros em atraso, a exemplo do principal. Mas já se nota a boa vontade dos interlocutores em resposta à firme disposição do governo brasileiro de atacar os problemas econômicos estruturais.

Crescem de importância os movimentos da sociedade para um entendimento geral capaz de dar ao governo o necessário suporte para aplicar as duras medidas econômicas exigidas para derrubar a inflação a 2% ao mês, no final do próximo ano, conforme a meta em discussão no acordo *stand by* com o Fundo Monetário Internacional para levantar US\$ 2 bilhões. A redução dos gastos públicos depende essencialmente de mudanças na Constituição.

O sucesso da Argentina, que derrubou a inflação para 1%, depois de superar os 30% ao mês, no início do ano, está oferecendo ao Brasil estímulos no avanço do entendimento. Na Argentina, no entanto, muito do sucesso das medidas econômicas radicais se deve à hegemonia, no Congresso, agora ampliada, do partido peronista do presidente Menem.

A negociação política no Brasil depende ainda de muitas costuras. Mas a situação crítica das finanças públicas — com os tesouros estaduais falidos, comprometidos com o pagamento de pessoal e aposentadorias — já uniu os governadores e o presidente da República em torno de alguns pontos a serem modificados na Constituição de 1988.

Os credores estão dando um cheque em branco à capacidade brasileira de superar as dificuldades, mediante o entendimento. Cabe agora à sociedade demonstrar a capacidade de superar as divergências menores para encontrar o consenso capaz de viabilizar o futuro do país.